

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 644 - Brasília, quinta-feira, 5 de março de 1998

Senado e Câmara apressam mudança na imunidade

Ação conjunta entre as duas Casas legislativas é anunciada por ACM logo após o encontro com a comissão de representantes dos moradores de edifício que desabou no Rio. Objetivo é viabilizar a punição nos casos de crimes comuns

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou ontem que manteve entendimento com o presidente da Câmara, Michel Temer, visando a uma ação conjunta das duas Casas na tramitação da emenda constitucional que deverá restringir a imunidade dos parlamentares. O

anúncio foi feito logo depois que o senador recebeu uma comissão de representantes de moradores do edifício Palace II, que desabou no Rio. Antonio Carlos apoiou a luta dos moradores por indenização e pela punição do deputado Sérgio Naya, dono da construtora. **Pág. 4**



ACM recebe Romano Prodi

Uma troca de impressões sobre as perspectivas de intercâmbio entre o Brasil e a Itália, nos planos econômico, político e cultural, marcou o encontro do primeiro-

ministro italiano Romano Prodi com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. O senador Hugo Napoleão participou da reunião. **Página 8**



Lobão (D), ao lado de Cabral e Tebet, lê parecer sobre o jogo

Reforma terá votação em 2º turno no dia 11

A proposta de emenda constitucional que trata da reforma administrativa será votada em segundo turno na sessão deliberativa do próximo dia 11, anunciou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Ontem, o plenário promoveu o terceiro e último dia de discussão da proposta. **Página 2**



O plenário promoveu o último dia de discussão da reforma

CCJ aprova liberação de jogo de azar

A Comissão de Justiça do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que legaliza a prática de jogos de azar, liberando o jogo do bicho e o funcionamento de cassinos. **Página 3**

Otoniel e Mauro apóiam coligação

Anúncio foi feito pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Fixação de um teto salarial ainda é polêmica

Reforma administrativa terá o segundo turno no dia 11

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem que a reforma administrativa será votada em segundo turno no 11. No terceiro e último dia de discussão, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) questionou o dispositivo que fixa um teto para a remuneração dos ocupantes de cargos em empresas públicas e sociedades de economia mista.

Como o parágrafo 9º do artigo 37 dispõe que esse teto só se aplica se essas empresas receberem recursos da União, estados, Distrito Federal e municípios para pagamento de pessoal, o senador



O plenário realizou ontem o último dia de discussão da reforma administrativa em plenário.

argumentou que as estatais superavitárias ficariam inexplicavelmente fora desse limite. Dutra observou que, quando da discussão da proposta na Comissão de Constituição e Justiça, apresentou emenda supressiva a parte do parágrafo 9º do artigo 37. E o relator Romero Jucá (PFL-RR) teria prometido resolver essa ques-

ção em plenário. O relator esclareceu que, de fato, acompanha o entendimento de que o teto salarial das estatais não pode exceder o dos outros Poderes, que é o subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal, mesmo que essas empresas não recebam recursos da União, estados, DF e municípios.

Rocha admite mudar plano de saúde

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou ontem que está disposto, como relator, a negociar alguns pontos do projeto que regulamenta os planos de saúde, "desde que isso não represente o massacre do capital sobre o social". O senador anunciou também que vai pedir as tabelas e as planilhas das empresas do

setor para analisá-las, destacando que, "se tiver de ceder em algum ponto, não tem resistência a isso".

Ele comentou a entrevista do presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, Júlio Bierrenbach, sobre o projeto. Segundo ele, "o que se viu na entrevista de Bierrenbach foi uma manifes-

tação acintosa de terrorismo psicológico", destacando que em nenhum momento, desde que foi indicado relator do projeto, se manifestou de forma ostensiva contra qualquer dos segmentos que estejam envolvidos nesse processo, seja pelo lado das operadoras, seja pelo lado das entidades que defendem usuários e consumidores.

Senado renova três concessões de rádios

O Senado aprovou ontem três projetos de decreto legislativo renovando a concessão das rádios Arapongas S.A., Transoeste Ltda. e Sociedade Continental Ltda., para cidades do interior do país. O presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que os decretos vão agora a promulgação.

A Rádio Arapongas, na cidade de Arapongas (PR), teve seu

pedido relatado pelo senador Levy Dias (PPB-MS) e aprovado por 54 votos. Relatados pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC), os decretos referentes às rádios Transoeste, em Joazeiro (SC), e Sociedade Continental, em Coronel Freitas (SC), foram aprovados respectivamente por 54 votos e por 56 votos a um.

Alunos poderão compor os conselhos fiscais das escolas

O plenário do Senado discute hoje projeto de lei da Câmara que obriga as escolas particulares beneficiárias de isenção de impostos a terem em seus conselhos fiscais representantes dos alunos.

A matéria, relatada favoravelmente pelo senador José

Fogaça (PMDB-RS), estabelece que os membros do corpo discente das escolas enquadradas nessa situação serão indicados pelos pais ou entidades comunitárias que os representem. A sessão deliberativa desta quinta-feira será realizada a partir das 10h.

TV Senado transmite debate sobre serviços

A TV Senado transmite hoje, ao vivo, a mesa-redonda "As Organizações Sociais e o Marco Legal do Terceiro Setor".

Promovido pela Universidade do Rio de Janeiro (Unirio), o debate sobre o setor de serviços terá a participação do reitor da instituição, professor Hans Dohmann, do ministro da Administração Bresser Pereira e do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), entre outras personalidades.

A mesa-redonda será realizada das 18h às 21h na sala 2 na Ala Nilo Coelho, no Senado Federal.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Preside Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal
15h30 - Despacho interno
17h - Recebe o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro

PLENÁRIO

10h - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único do "PLC nº 95/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições privadas de educação beneficiárias de isenção de impostos terem em seus conselhos fiscais representantes do corpo discente"

COMISSÕES

9h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: "Requerimento do senador Eduardo Suplicy, solicitando a realização pelo Tribunal de Contas da União de uma tomada de contas especial junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe; e "Requerimento do senador Emandes Amorim solicitando a constituição de uma subcomissão composta por três senadores, acompanhados de três assessores e três técnicos em orçamento e licitação do Senado Federal, com o objetivo de realizar um procedimento fiscalizador dos recursos federais repassados ao governo de Rondônia. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Programação da agenda para os trabalhos de 98; e proposta inicial para viagem ao estado do Ceará. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

4 a 13.3.98

"Semana da Mulher". Senado Galeria (Corredor que liga o Anexo I ao Edifício Principal do Senado Federal)

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lucio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Projeto ainda passará pela Comissão de Assuntos Econômicos antes de ser votado pelo plenário.
Exploração da atividade, segundo a proposta, seria limitada a áreas de potencial turístico

CCJ aprova liberação de jogos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Edison Lobão (PFL-MA) favorável a projeto de lei da Câmara que legaliza a prática de jogos de azar, liberando o jogo do bicho e o funcionamento de cassinos. A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, depois, vai ao plenário da Casa.

De autoria do deputado José Fortunati, o projeto estabelece que os estados e o Distrito Federal passam a poder autorizar a exploração de jogos de azar em hotéis, cassinos e hotéis-cassinos, em locais de potencial turístico ou onde não haja outras alternativas para o desenvolvimento econômico-social. Caberá à União, conforme dispõe a proposta, regulamentar a lei, fiscalizando o seu cumprimento.

Ainda segundo o projeto, a autoridade terá que observar, para autorizar a instalação de



Lobão (D), com Bernardo Cabral e Ramez Tebet, lê parecer pela liberação do jogo

cassinos, a integração do empreendimento às condições ambientais da área escolhida para sua implantação, a utilização de mão-de-obra local, com aproveitamento de idosos e portadores de deficiência física, a realização de investimentos pelo autorizado na construção, ampliação, reforma ou reequipamento de hotéis ou cassinos e programas de formação e treinamento, com efetivo aproveitamento de profissionais em hotelaria, turismo e serviços afins.

A proposição exige que a empresa autorizada a explorar cassinos seja constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, e com prove capacidade econômica

e financeira e qualificação técnica. A empresa não poderá ter acesso a benefícios fiscais federais ou receber empréstimos ou financiamentos de instituições financeiras oficiais.

O projeto estabelece ainda que a exploração do jogo do bicho será feita mediante autorização do governo estadual ou do DF, a ser dada, sem caráter de exclusividade, às pessoas jurídicas devidamente constituídas que comprovem capacidade econômica e financeira, por um período não inferior a quatro anos. Dispõe também que lei complementar instituirá contribuição social que incidirá especificamente sobre as atividades desenvolvidas em cassinos e sobre o

jogo do bicho.

Em seu voto, Edison Lobão afirma que a indústria do jogo é uma atividade econômica significativa e que poderá converter-se em uma fonte de financiamento para a indústria turística nacional. Segundo ele, não há provas ou indícios que confirmem o argumento dos que são contrários à legalização do jogo de que a liberação propiciaria a criação de uma fachada ostensivamente legal para práticas criminosas, contribuindo para o aumento da criminalidade. Quanto ao argumento moral, o senador afirma que ele é contrário ao princípio da liberdade.

- Não cabe ao Estado tutelar o cuidado que qualquer pessoa tenha ou deixe de ter com ela própria; note-se que o suicídio, por exemplo, é indiferente ao direito penal, ressalvado o caso de instigação ao suicídio, naturalmente, embora constitua grave afronta religiosa e moral para alguns - observa o relator.

Votaram contra o projeto os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Debateram a matéria, ainda, os senadores Gilberto Miranda (PFL-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Cartão de crédito terá foto do dono

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que obriga as empresas operadoras de cartões de crédito a oferecerem uma versão de cartão com foto digitalizada. A matéria foi aprovada em caráter terminativo e irá direto para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso assinado por, no mínimo, nove senadores para votação no plenário do Senado.

Pelo projeto, o usuário fará sua opção com base nas informações prestadas pela operadora sobre as condições e os custos associados a cada tipo de cartão. Na justificativa, Alcântara afirma que a tecnologia da foto digitalizada tornou-se tão eficiente no combate às falsificações que já é amplamente usada no exterior, onde os cartões com fotografia são comuns e têm grande aceitação nos setores de comércio e de serviços.

O relator da matéria, senador Romeu Tuma (PFL-SP), lembra no parecer favorável que não se cobra, quando do pagamento de compras por cartão de crédito, a identificação do proprietário.

- No comércio, não são exigidos outros meios de prova que atestem a identidade do usuário. Raramente é solicitada a apresentação de identidade, como forma de se fazer a verificação dos dados do cliente, obtidos do próprio cartão de crédito. A foto teria, portanto, função de complementar a identificação do usuário, em proveito de sua própria segurança.



Alcântara: defesa do usuário

Mantida segurança vitalícia para ex-presidentes

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) quer que continue vitalícia a utilização, por ex-presidentes da República, para sua segurança pessoal, de quatro servidores e de dois veículos oficiais. Na reunião de ontem a CCJ aprovou parecer do senador Edison Lobão (PFL-MA) contrário a projeto de lei da Câmara que pretende limitar a 12 meses esse direito conferido aos ex-presidentes.

Prevaleceu o entendimento de que, como o ex-presidente detém informações privilegiadas, a preservação de sua integridade física é necessária não só "por sua condição e pela dignidade que a passagem pelo cargo lhe confere", mas tam-

bém por ser vital à segurança do Estado brasileiro.

De acordo com a lei em vigor, o presidente da República, terminado o seu mandato, tem direito a utilizar os serviços de quatro servidores, des-

Em seu parecer relator lembra que ex-presidentes são depositários de informações ligadas à segurança do Estado

tinados à sua segurança pessoal, e a dois veículos oficiais com motoristas, sendo as despesas custeadas com dotações orçamentárias próprias da Presidência da República. O projeto aprovado na Câmara, além de fixar o prazo de 12 meses

para o ex-presidente gozar do benefício, estabelece que os servidores e veículos somente serão destinados ao presidente da República que concluir o seu mandato.

Em parecer acolhido pela CCJ, Lobão lembra que, na condição de chefe de Estado, o presidente negocia diretamente com os mais altos escalões de Estados estrangeiros, encaminhando acordos, tratados e convênios nas mais diversas áreas, e recebe um expressivo volume de informações dos órgãos de inteligência e do serviço diplomático.

Além disso, observou, como chefe de governo, o presiden-

te é detentor de informações privilegiadas e depositário de segredos, ameaças, pleitos, táticas, sugestões e relatos sobre situações de interesse para o Brasil que demorarão a ser, ou jamais serão, divulgados, inclusive no interesse da segurança do Estado.

A matéria mereceu um longo debate, sobretudo quanto a um presidente afastado por processo de impeachment ter ou não direito a essa proteção do Estado. Participaram da discussão os senadores Jefferson Péres (PSDB-AM), José Eduardo Dutra, José Fogaça (PMDB-RS), Ramez Tebet (PMDB-MS), Leonel Paiva (PFL-DF) e Francelino Pereira (PFL-MG).

Presidentes do Senado e da Câmara mantêm entendimentos em busca de uma ação conjunta das duas Casas na tramitação de emenda constitucional que viabiliza a punição de crimes comuns

ACM quer acelerar mudança na imunidade

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que já manteve entendimentos com o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, visando a uma "ação conjunta" das duas Casas na tramitação da emenda constitucional que deverá restringir a imunidade dos parlamentares brasileiros. O objetivo é excluir da prerrogativa da imunidade uma série de crimes comuns. A ação conjunta entre a Câmara e o Senado tem por objetivo acelerar a tramitação e aprovação da matéria.

A proposta de um esforço conjunto foi anunciada pelo presidente do Senado após encontro com uma comissão de representantes de moradores do edifício Palace II, durante o qual ele garantiu apoio total à luta pela indenização material das vítimas e para punir o deputado Sérgio Naya, proprietário da construtora do prédio. O edifício foi implodido pela prefeitura do Rio de Janeiro no último sábado, depois que uma parte dele desabou, provocando a morte de oito pessoas. A comissão veio a Brasília para contatos com deputados e senadores, além de uma audiência com o presidente da República.



Antonio Carlos Magalhães lamentou a tragédia e defendeu a "construção de novo padrão de moralidade"

No encontro com os moradores, que estavam acompanhados pelos senadores Artur da Távola (PSDB-RJ) e Romeu Tuma (PFL-SP) e por diversos deputados fluminenses, Antonio Carlos lamentou a tragédia e garantiu solidariedade e apoio do Congresso Nacional no sentido de buscar "solução rápida para a reposição dos bens dos moradores prejudicados e para a construção de um novo padrão de moralidade que evite a repetição de episódios desse tipo no futuro".

O presidente do Senado lançou a idéia de uma ação conjugada do Executivo e do

Legislativo, na qual o governo anteciparia os recursos necessários à indenização das famílias, recuperando esses valores a partir da alienação dos bens do deputado Sérgio Naya e suas empresas, que seriam colocados em indisponibilidade e reclamados na Justiça para honrar essas despesas e o pagamento de tributos e multas.

Diante do clamor da opinião pública nacional e do grande movimento de solidariedade às vítimas do desabamento no Rio de Janeiro, o senador pediu agilidade nas ações legais e políticas, a fim de que "se faça justiça o mais rápido possível". Antonio Carlos

acrescentou que, se for preciso, o Congresso poderá "votar excepcionalmente uma lei especial e específica para ajudar na resolução deste caso". Ele previu que a Câmara dos Deputados deverá cassar o mandato de Sérgio Naya.

Romeu Tuma, por sua vez, avaliou que "com a lei do colarinho branco, e se houver vontade política do governo em criar uma espécie de Proer para amparar as vítimas, não seria preciso votar qualquer lei nova e específica".

O presidente do Senado ouviu os relatos dos moradores Sérgio Ricardo de Almeida, Afonso Ferrario e Rauliete Barbosa, e teve a oportunidade de examinar

um pedaço do concreto usado na construção do edifício Palace II pela Construtora Sersan. Antonio Carlos confessou ter ficado "triste" por constatar a má qualidade do material e a inexistência de mecanismos de fiscalização que previnam problemas deste tipo no país.

Antonio Carlos falou com o presidente da República, pelo telefone, logo após a audiência com os moradores, relatando o encontro e fazendo apelo pelo engajamento do governo na solução rápida dos problemas das famílias desabrigadas.

TV Senado discute desabamento

O desabamento do edifício Palace II, no Rio de Janeiro, é o tema do debate transmitido hoje, às 8h, pela TV Senado. Participam do programa o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) e o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), presidente da Câmara Brasileira da Construção Civil.

Prática de delitos pode tornar político inelegível por oito anos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) favorável a projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que amplia de três para oito anos o prazo de inelegibilidade, para qualquer cargo, dos que tenham praticado delitos de improbidade administrativa e abuso do poder econômico ou político em decorrência do cargo.

Pelo projeto, ficam inelegíveis por oito anos:

- o governador e vice-governador, o prefeito e o vice-prefeito que tenham perdido seus cargos eletivos por infringência a dispositivos da

Constituição estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do município;

- os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de abuso do poder econômico ou político;

- os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais;

- os que forem declarados indignos do oficialato ou com ele incompatíveis;

- os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão de órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário;

- os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político apurado em processo, com sentença transitada em julgado.

Na mesma reunião, a CCJ aprovou parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a emendas oferecidas na Câmara a projeto de lei do Senado sobre



Cabral: parecer favorável



Dutra é autor do projeto

o exercício da profissão de bibliotecário. Entre as emendas, está a que isenta de qualquer taxa ou contribuição as bibliotecas públicas localizadas em municípios com até 10 mil habitantes, cujo acervo não ultrapasse 200 exem-

plares catalogados, e permite seu funcionamento sob supervisão apenas de um técnico em biblioteconomia. Segundo o relator, a medida incentivará a disseminação de pequenas bibliotecas públicas.

Para Abdias, prerrogativa não pode ser desviada

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) disse ontem que o Congresso Nacional deve trabalhar para que o instituto da imunidade parlamentar não seja desvirtuado. A declaração foi motivada pelo declínio do Edifício Palace II, no Rio de Janeiro, que matou oito pessoas em 22 de fevereiro, e que envolve o deputado federal Sérgio Naya (PPB-MG).

A sociedade brasileira cobra das autoridades, sobretudo do Congresso, uma ação incisiva para que a imunidade parlamentar, um estatuto democrático em sua essência, não se transforme em abrigo de criminosos travestidos em representantes do povo - disse.

Nesse sentido, o senador solicitou a transcrição nos Anais de texto solicitando a cassação do deputado Sérgio Naya, enviado por associação comunitária da Barra da Tijuca, local da tragédia.

CFC vota pedido de tomada de contas especial

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), presidida pelo senador João Rocha (PFL-TO), reúne-se hoje, às 9h30, para apreciar dois requerimentos: um do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitando que o Tribunal de Contas da União realize tomada de contas especial junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, e outro do senador Ernandes Amorim (PPB-RO) propondo a criação de uma subcomissão destinada a fiscalizar aplicação dos recursos federais repassados ao governo de Rondônia.

A tomada de contas proposta se relaciona à execução de projeto, fabricação, montagem e qualificação de plataformas multimissão dos satélites brasileiros. A subcomissão proposta seria composta de três senadores, assessores e técnicos, para investigar 15 projetos de saneamento básico em localidades de Rondônia e o Plano Agropecuário e Florestal do estado.

A proposta prevê alternativa aos que forem dispensados do serviço militar ou alegarem crença religiosa ou convicção para não ser convocados

Serviço civil obrigatório é aprovado pela CCJ

Parecer favorável à Proposta de Emenda Constitucional nº 32/96, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que institui o serviço civil obrigatório foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com emenda apresentada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), relator da matéria. A proposta tramita em conjunto com a PEC nº 24/97, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que trata do serviço alternativo.

A proposta determina a prestação do serviço civil obrigatório pelos que forem dispensados do serviço militar ou alegarem crença religiosa, convicção filosófica



Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que aprovou serviço civil

ou política, para não ser convocados. Prevê, ainda, o aproveitamento de mulheres e religiosos no serviço civil em atividades administrativas, assistenciais, filantrópicas ou comunitárias.

Em sua justificativa, Antonio Carlos Magalhães afirma que essa é uma tendência no mundo, principalmente na Europa, lembrando que na atualidade as For-

ças Armadas devem atuar mais em operações humanitárias e menos em autodefesa. O senador afirma que as Forças Armadas devem ter seu tamanho redimensionado, e assinala que as perspectivas de conflito armado na América do Sul se reduziram bastante. A proposta será, agora, discutida em primeiro turno pelo plenário do Senado.

Regulamentado o socorro a vítimas de catástrofes

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP) ao projeto de lei do Senado que estabelece diretrizes nacionais de defesa civil. A proposição, de autoria da Comissão Temporária do "El Niño", atribui ao Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec) competência para prevenir ou minimizar danos e assistir popu-

lações atingidas por desastres naturais ou catástrofes.

Tuma disse, em entrevista, que o projeto procura tornar mais objetivos os critérios de distribuição de verbas na elaboração das diretrizes de defesa civil, já que a lei em exame determina a obrigatoriedade da adoção, por parte de estados e municípios, de programas preventivos de calamidade pública, que serão revisados e atualizados periodicamente.

Conforme a justificativa do

projeto, assinado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), que presidiu a Comissão do "El Niño", e outros senadores, com a medida "serão criadas as condições básicas para o enfrentamento de calamidades dentro de uma racional parceria entre os governos federal, municipal e as comunidades, que certamente contribuirá para a diminuição dos prejuízos materiais e minimização do sofrimento das populações atingidas." O projeto será apreciado pelo Senado.

Amorim cobra norma para reflorestamento

A lei agrícola que, desde 1991, obriga o proprietário rural a recompor na sua propriedade 50% a 80% da reserva florestal legal desmatada necessita de regulamentação imediata para evitar o modelo predatório que ainda vigora na Amazônia. A cobrança foi feita ontem pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO), que enviou ao presidente da República e ao ministro do

Meio Ambiente um pedido para apressar a definição de norma adequada àquela área, uma vez que a lei não prevê ainda de que maneira se fará a reconversão de florestas, segundo afirmou.

Para ele, tal norma seria enquadrada no contexto da lei em vigor, onde se estabelece o incentivo especial ao proprietário rural que recuperar áreas devastadas, seja para apoio financeiro oficial, assistência técnica ou forne-



Amorim quer regulamentação de mudas das espécies nativas. Para que se discipline o processo de recomposição das reservas florestais legais que devem ser mantidas nas propriedades, ele sugere que a exigência da comprovação seja válida para quem explora recursos da própria floresta.

CPI do Trabalho Infantil define agenda hoje

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o trabalho infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), adiou para hoje, às 11h, a reunião anteriormente marcada para as 17h desta quarta-feira, em razão da cerimônia de condecoração da Ordem de Mérito Militar, com a presença do presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, e de outros senadores.

Da pauta constam a programação da agenda para os trabalhos do ano e a apresentação da proposta para viagem ao estado do Ceará, que deverá ocorrer nos próximos dias 16 e 17 de março. A comissão pretende fazer uma audiência pública na Assembléia Legislativa em Fortaleza e realizar diligências por todo o estado.



Suplicy lembra valioso trabalho

Suplicy quer manter Emília na comissão

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, propôs ontem, em plenário, que a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) continue a atividade que vinha realizando na CPI do Trabalho Infantil. Ela integrava essa comissão como representante do PTB, mas filiou-se ao PDT, e não pôde mais continuar na CPI. O líder do PTB, senador Odacir Soares (RO), assumiu a vaga.

Ao argumentar sobre a necessidade de Emília permanecer no grupo, Suplicy disse que, sem prejuízo da colaboração de Odacir Soares, o bloco dos partidos de oposição vai manter Emília na comissão, em razão do valioso trabalho que ela vinha realizando no combate ao trabalho infantil no Brasil.

O senador defendeu ontem o apoio do PMDB à reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso e sugeriu o lançamento de candidato próprio pelo partido em 2002

Otoniel quer PMDB ao lado de FHC

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) defendeu ontem o apoio do PMDB à reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, preconizando a preparação de um candidato peemedebista para o ano 2002. "O partido sempre palpou com a emoção de cada um. Agora, mais do que nunca, necessita da nossa razão", pregou o parlamentar, referindo-se à convenção nacional do PMDB, que se realizará no próximo domingo.

Ele sugeriu que a legenda extraia lições da adversidade e aja com inteligência e sabedoria. Disse que o PMDB deve

"pensar grande, em sintonia com a grandeza de sua história", e aconselhou o partido a não repetir o comportamento adotado nas eleições presidenciais anteriores. Conforme o parlamentar, o PMDB deve crescer com as alianças e seguir em frente, "ao invés de estagnar-se nas aventuras eleitorais que não conduzem a nada".

Otoniel Machado afirmou que o partido vive uma efervescência interna e um verdadeiro exercício democrático diante da próxima disputa presidencial. Mas lembrou que, historicamente, a legenda "tem-se caracterizado como o partido da



Otoniel: sem preconceitos responsabilidade, do equilíbrio e da ponderação". Disse que o PMDB continua representando o verdadeiro sentimento brasileiro, ainda que não tenha con-

quistado o governo federal, e indagou: "O que então explica esse paradoxo vivido pelo partido nos últimos anos?"

Lembrando que, em 1994, o partido experimentou a derrota, ele sustentou que garantir a governabilidade do país neste momento de transição continua sendo uma das premissas fundamentais do PMDB. "Não nos interessa a volta do império das crises. A duras penas, o Brasil alcançou a estabilidade econômica", afirmou ainda Otoniel Machado, para pregar que o partido não deve ter preconceitos em relação à política de alianças.

Mauro pretende evitar luta interna no partido

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) anunciou ontem posicionamento favorável ao apoio de seu partido à reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, considerando ser uma "óbvia necessidade continuar repartindo responsabilidade com um governo que está dando certo". Segundo o senador, a convenção nacional do PMDB no próximo domingo será o grande desafio do partido, que deverá decidir entre "o fortalecimento ou a liquidação".



Mauro propõe "posição realista"

reformas, além da eleição de oito governadores e da maioria dos atuais prefeitos", enfatizou o senador.

Considerando transitório o momento de dificuldades que o país enfrenta, Mauro Miranda reconheceu a necessidade de mudanças efetivas no rumo das políticas sociais, principalmente no que diz respeito à geração de empregos.

Mudar o que está errado sim, mas mudar as atuais estruturas de poder, não, porque estaríamos ajudando a construir um vácuo perigoso de instabilidade que poderia colocar a perder todo o esforço de mudança das políticas econômicas, sobretudo as reformas estruturais conquistadas a duras penas - ponderou.

Alcântara critica privilégio a regiões ricas

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse ontem que, ao contrário do que determina a Constituição, as transferências de recursos da União para estados e municípios, realizadas através de convênios, acordos ou ajustes, têm privilegiado as regiões e os estados mais ricos. Nos exercícios de 1995, 1996 e 1997, os estados do Sudeste e do Sul receberam a média anual de 57% do total de recursos da União aplicados em transferências negociadas, sendo que os estados das regiões Norte e Nordeste receberam 31%.

afirmou. Os dados, resultantes de trabalho realizado pela Consultoria de Orçamentos do Senado, demonstram que a mesma tendência ao agravamento das desigualdades regionais pode ser verificada na distribuição de recursos para os municípios, conforme salientou o senador. A média anual de participação dos municípios do Nordeste e do Norte nas transferências negociadas, voluntárias, nos exercícios referidos, foi de 38%, para a média de 57% atingida pelos municípios do Sudeste e do Sul, frisou o senador. Não fossem as transferên-

cias constitucionais legais, que, na opinião de Lúcio Alcântara, "muitos burocratas do governo querem extinguir e que foram gravemente atingidas pelo Fundo de Estabilização Financeira (FEF)", as regiões mais carentes do país estariam "numa situação terrível". Mais de 80% das transferências constitucionais a estados provêm da distri-

Estados do Sul e do Sudeste receberam em média 57% de recursos da União nos três últimos anos

buição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), sendo que 97,4% das transferências a municípios têm origem no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), enfatizou.

"A distribuição do FPE beneficia preponderantemente as regiões mais carentes de recursos, diferentemente do observado nas transferências negociadas", observou o senador. Assim, 52,4% do total do FPE são destinados ao Nordeste, 25,4% ao Norte, 8,5% ao Sudeste, 7,2% ao Centro-Oeste e 6,5% ao Sul, exemplificou.

Suplicy cita IBGE para contestar presidente

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, disse ontem que dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contestam a afirmação do presidente Fernando Henrique Cardoso à *Folha de S. Paulo* de ontem de que "a sensação de desemprego no país é maior que o próprio desemprego".

De acordo com esses indicativos, afirmou o senador petista, numa comparação anual de janeiro do ano passado a janeiro deste ano, o número de pessoas economicamente ativas no país aumentou 2,2%. "puxados" pelo acréscimo do número de pessoas desocupadas ou procurando trabalho, de cerca de 44,1%. "já que o número dos que estão trabalhando manteve-se praticamente estável, o que elevou a taxa média de desemprego aberto de 2,1 pontos percentuais".

Nesse período, o número de pessoas trabalhando aumentou no setor de serviços 2,5%, e no comércio, 0,6%. Em contrapartida, caiu aproximadamente 4% na indústria de transformação e na construção civil - disse Suplicy, informando ainda que o número de empregados sem carteira assinada caiu 2,7%.

Segundo Suplicy, a opinião pública, de acordo com pesquisas publicadas na imprensa esta semana, considera que o atual presidente da República "é o que menos enfrentou o problema do desemprego, comparado aos governos anteriores".

Para o senador, o presidente deveria "pensar melhor sobre sua afirmação e verificar os dados do IBGE, além de ler melhor livros sobre taxas de desemprego". Na sua opinião, a equipe econômica deveria criar instrumentos para aumentar a oferta de empregos, como financiamentos a pequenos empresários, a expansão da reforma agrária e a implantação de programas de renda mínima e financiamentos a cooperativas.



No plenário, senadores lembram a contribuição do intelectual, político e educador em defesa da escola pública democrática

Senado homenageia Darcy e destaca a luta pela educação

O Senado promoveu ontem sessão em memória do ex-senador Darcy Ribeiro, morto há um ano. O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), que ocupa a cadeira de Darcy, recordou a trajetória do "intelectual, político, educador e humanista", desde a sua formação em Minas Gerais, "impregnada das influências europeias, africanas e indígenas", até a atividade como senador, com destaque para a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e da lei de doação de órgãos.

Darcy não permitiu que a doença o impedisse de lutar pelos valores em que sempre acreditou. Sua maior satisfação no Senado foi ver aprovada a nova LDB, fruto de mais de dois anos de trabalho ár-



duo. Igualmente emocionante foi a aprovação da lei de doação de órgãos, da qual foi co-autor e responsável pela principal inovação - a chamada doação presumida.

Abdias ressaltou a colaboração de Darcy nos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart. Para ele, começava então a principal luta de Dar-

cy, "definida no ideal do educador Anísio Teixeira de uma escola pública democrática, destinada a abrir uma porta para que o povo brasileiro se integresse na civilização moderna".

Segundo Abdias Nascimento, após o exílio de 1968 a 1978, "Darcy Ribeiro lançou o mais amplo e ambicioso projeto educacional que o Brasil já conheceu: o Programa Especial de Educação do Estado do Rio de Janeiro, responsável pelos Cieps".

Abdias Nascimento foi acompanhado pelos senadores Epitácio Cafeteira (PPB-MA) e Ramez Tebet (PMDB-MS) e pela senadora Júnia Marise (PDT-MG), todos rendendo homenagens ao ex-senador pelo Rio de Janeiro.

Rocha propõe diploma do mérito

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) fez um apelo ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, para que agilize a tramitação de projeto de resolução de sua autoria que cria o diploma do mérito educativo Darcy Ribeiro. Esse título homenagearia personalidades de destaque na área da educação e seria entregue anualmente no dia 26 de outubro, aniversário de Dar-



Rocha: a essência do brasileiro Darcy Ribeiro.

Sebastião Rocha, que es-

pera ver seu projeto aprovado para entrega do diploma ainda este ano, ressaltou características de Darcy Ribeiro, especialmente seu entusiasmo e criatividade. "Mesmo debilitado pela doença, dedicou seus últimos dias a estudar um projeto para melhorar a qualidade de vida dos caboclos." Para o parlamentar, "Darcy Ribeiro resume a essência do povo brasileiro".

Patrocínio defende o Projeto Caboclo

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) destacou o Projeto Caboclo, idealizado por Darcy, e, segundo ele, a demonstração de que "a fé, a esperança e o amor de Darcy eram tão grandes que, mesmo debilitado fisicamente pelo câncer, seu espírito não se abatia e só pensava em encontrar soluções para os problemas brasileiros".

O parlamentar lembrou que no dia da morte de Darcy Ribeiro, 17 de fevereiro de 1997, instalou-se, em Brasília, o primeiro simpósio destinado à implantação do Projeto Caboclo, encontro que deveria ser presi-



Patrocínio: ideia estagnou

dido pelo ex-senador. "O simpósio transcorreu sem ele e encerrou-se às 18h30; às 18h45, o idealizador do Projeto Caboclo se foi", recordou.

Ao encerrar, o senador afir-

mou que a obra de Darcy Ribeiro se projetaria para o próximo século e garantiu que "ele se tornou uma das glórias da nação e um dos seus filhos mais queridos".

ANTONIO CARLOS

Segundo o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, "tudo que o povo brasileiro, através da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, realizar em homenagem a este grande vulto da educação do país, da política brasileira, é pouco em relação ao que ele fez em vida e o que ainda representa sua memória".

Távola: "Diabinhos celestiais"

Távola exalta a criança que vivia no mestre

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) fez um histórico da vida do ex-senador, destacando que Darcy "nunca perdeu o brilho de uma criança livre do pensamento, da política na qual se atirava com alegria e numa aventura deliciosa".

Na opinião de Távola, a figura de Darcy Ribeiro precisa ser melhor compreendida, uma vez que sua personalidade "era constituída por diabinhos beneditos que estão muito mais para o céu do que para o inferno".

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou os principais projetos encaminhados no Senado pelo ex-senador Darcy Ribeiro, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Suplicy fala da "santa indignação"

O senador Eduardo Suplicy (SP), em nome do Partido dos Trabalhadores, se associou às homenagens expressas ao "extraordinário senador Darcy Ribeiro" e lembrou "suas passagens em defesa da Justiça, sua santa indignação perante o que ocorre no Brasil e a solidariedade que demonstrou à luta dos trabalhadores sem-terra". Destacou o senador que Darcy considerou o MST o movimento social mais importante da História brasileira.

- Assim, penso que seria próprio que o Senado tramitasse o mais rapidamente possível suas propostas de emenda à Constituição, principalmente as relativas à questão da terra, bem como levasse adiante a sua proposição sobre o Projeto Caboclo, especialmente para a região amazônica - disse.

DOGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador João Rocha (PFL-TO) sobre a dívida pública do Brasil e as desigualdades sócio-econômicas entre os estados.

8h - Debate com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) e o deputado federal Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) sobre a construção civil no país.

9h30 - Entrevista com o senador João Rocha (PFL-TO) sobre a dívida pública do Brasil e as desigualdades sócio-econômicas entre os estados.

10h - Sessão plenária (vivo).

12h15 - Debate com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) e o deputado federal Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) sobre a construção civil no país.

14h30 - Sessão plenária (representação).

19h - Mesa redonda "As Organizações Sociais e o Marco Legal do Terceiro Setor", com a presença do ministro da Administração Bresser Pereira, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e do reitor da Unifrio, prof. Hans Dornmann.

21h - Telejornal "Congresso Hoje".

21h10 - "Senado em Pauta".

21h30 - Sessão plenária (representação).

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje".

0h40 - "Senado em Pauta".

1h - Debate com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) e o deputado federal Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) sobre a construção civil no país.

2h - "Jornal da Amazônia".

2h15 - "Senado em Pauta".

2h30 - Sessão plenária (representação).

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje".

6h40 - "Senado em Pauta".

Obs. Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição).

7h40 - Música e informação.

9h45 - "Plenário em Revista".

10h - Sessão plenária.

Em seguida - Música e informação.

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição).

13h45 - Música e informação.

19h - "A Voz do Brasil".

20h - Música e informação.

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição).

22h45 - Música e informação.

0h - Retransmissão da sessão plenária.

4h - Música e informação até as 7h30.

Aumento do intercâmbio entre os países é o ponto principal da conversa que mantiveram Prodi, Antonio Carlos e Hugo Napoleão

ACM recebe visita do primeiro-ministro da Itália

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o primeiro-ministro da Itália, Romano Prodi, que está em visita ao país com o objetivo de incrementar as relações bilaterais. Acompanhado de sua comitiva, o che-

fe do governo italiano foi recebido no Salão Nobre do Senado e trocou impressões com o senador Antonio Carlos a respeito das perspectivas de intercâmbio entre as duas nações nos planos econômico, político e cultural. O senador Hugo Na-

poleão (PFL-PI) participou do encontro.

Do Senado, o primeiro-ministro italiano e sua comitiva seguiram para o Salão Nobre da Câmara dos Deputados, onde foram recepcionados pelo presidente da Casa, Michel Temer.



O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, recebeu a Grã-Cruz do ministro Zenildo Lucena

Grã-Cruz é reconhecimento do Exército ao Congresso

O presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem, ao receber a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar - a mais elevada distinção honorífica do Exército brasileiro -, que considera a condecoração "um grande estímulo para continuar o trabalho pela moralidade pública e em defesa do povo brasileiro".

- Acredito que esta homenagem não é dirigida só a mim, mas ao Congresso Nacional, e me sinto estimulado a continuar lutando - afirmou.

Antonio Carlos observou que estava satisfeito por ver o Exército apoiando o Congresso, reconhecendo que os parlamentares estavam correspondendo aos anseios da

nação no desempenho de suas atividades, e ressaltou o papel do Exército na construção da democracia brasileira.

O senador fez referência especial à presença do senador José Sarney (PMDB-AP), de cujo governo foi ministro durante cinco anos, e do governador da Bahia, Paulo Souto, agradecendo também o comparecimento do ministro Ilmar Galvão, do Supremo Tribunal Federal, dos ministros de Estado de Minas e Energia, Raimundo Brito, e da Coordenação Política, Luis Carlos Santos, e do grande número de parlamentares que assistiram à cerimônia, juntamente com todos os oficiais-generais atualmente servindo em

Brasília.

A solenidade foi aberta por discurso do ministro do Exército, Zenildo Lucena, que ressaltou "a visão lúcida e o descortino" do senador durante a tramitação de propostas do Executivo que acolhiam reivindicações dos militares:

- O Exército brasileiro, por um dever de justiça, manifesta o seu reconhecimento pelo empenho e sensibilidade demonstrados por Vossa Excelência e parcela significativa do Congresso Nacional - afirmou.

O ministro disse também que considerava a cerimônia "uma oportunidade salutar de interação com os nossos parlamentares, para quem as portas da força terrestre permanecerão sempre abertas".

Ademir contesta acusações de Gilvam contra Capiberibe

Em resposta a acusações feitas na véspera pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ao governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou ontem que o governador pelo PSB "é um dos homens mais sérios, íntegros e bem-intencionados da República".

Dizendo não ter tratado ainda do assunto com Capiberibe, Ademir disse que o fará para definir medidas judiciais responsabilizando Gilvam Borges "por suas acusações levianas e sem provas".

Mesmo admitindo não saber das dificuldades de Capiberibe com a bancada federal, Ademir assegurou que, na região Norte, o Amapá é o estado "menos destruído, sendo o único com um plano de desenvolvimento auto-sustentável e o único que cumpre as determinações da Rio-92".

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou sua estranheza em relação ao pronunciamento de Gilvam Borges, pois este, a seu ver, "adjetivou sem relatar fatos que poderiam justificar as ofensas proferidas".

Ademir Andrade também comentou o noticiário sobre



Ademir: recurso à Justiça

as ações presidenciais de "interferência aética sobre a vida interna dos partidos". Ele salientou que várias matérias jornalísticas, principalmente na imprensa escrita, dão conta da cooptação de parlamentares pelo Executivo, mostrando como o presidente garantiu, "através da compra de votos e distribuição de cargos federais", a aprovação da emenda constitucional da reeleição.

Segundo o senador, naquela ocasião a maioria dos parlamentares do PPB e do PMDB votou contra as decisões das suas convenções partidárias por força da cooptação promovida pelo presidente. Agora, afirmou, "temeroso de enfrentar a eleição", Fernando Henrique Cardoso estaria interferindo novamente na vida interna do PMDB, para que o partido não apresente candidatura própria e apóie sua reeleição.

Dirigentes de controle interno se reúnem no Senado

Dirigentes e servidores da área de controle interno da União, dos estados, Distrito Federal e municípios estarão reunidos, de 11 a 13 de março, no Auditório Petrólio Portella do Senado, com o objetivo de integrar os diversos órgãos de fiscalização e controle da administração pública.

O V Encontro Nacional de Dirigentes de Controle Interno (Endicon) será aberto pelos presidentes do Senado e do Tribu-

nal de Contas da União. A promoção é do Conselho de Dirigentes de Controle Interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, presidido por Martha Lyra do Nascimento, diretora da Secretaria de Controle Interno do Senado.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até hoje, no Setor de Autarquias Sul, Quadra 011, Bloco A, sala 420, ou via Internet (<http://www.sfc.fazenda.gov.br>).